

DESIGUALDADES SOCIAIS: UMA DAS PRINCIPAIS CAUSAS DA EXTREMA POBREZA EM ANGOLA¹

SOCIAL INEQUALITIES: ONE OF THE MAIN CAUSES OF EXTREME POVERTY IN ANGOLA

José Rodrigues Jamba Segunda²

RESUMO: Este artigo aborda a relação entre desigualdade social e a pobreza extrema em Angola, destacando as disparidades de renda, acesso a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento como fatores que contribuem para a persistência da pobreza. A falta de políticas públicas eficazes, a concentração de renda e a corrupção são apontadas como elementos que alimentam a desigualdade e dificultam o progresso social e econômico. O governo angolano é instado a combater a desigualdade e promover a inclusão social através de investimentos em educação, saúde, infraestrutura e empregabilidade, visto que as desigualdades de renda e acesso a serviços básicos são elevadas, privando as camadas mais pobres de oportunidades de desenvolvimento e melhores condições de vida.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Desenvolvimento. Pobreza. Emprego. Angola.

ABSTRACT: This article addresses the relationship between social inequality and extreme poverty in Angola, highlighting disparities in income, access to basic services and development opportunities as factors that contribute to the persistence of poverty. The lack of effective public policies, income concentration and corruption are highlighted as elements that fuel inequality and hinder social and economic progress. The Angolan government is urged to combat inequality and promote social inclusion through investments in education, health, infrastructure and employability, given that income inequalities and access to basic services are high, depriving the poorest layers of development opportunities and better living conditions.

Keywords: Social inequalities. Development. Poverty. Employment. Angola.

INTRODUÇÃO

Angola situa-se na África Austral, localizada na região central do continente africano, formada por 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huíla, Huambo, Malanje, Moxico, Namibe, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Uíge e Zaire. Sua capital, Luanda, apresenta uma população estimada em 9.079.811 milhões e a cidade é banhada pelo oceano Atlântico. De clima tropical, Angola tem uma extensão

¹A pesquisa foi financiada pela CAPES no período de mestrado. O texto em menção é resultado da pesquisa de dissertação de Mestrado em Ciências Sociais apresentado ao PPGCS-UFRN.

²Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

territorial 1.246.700 km², assim sendo, é o 7º maior país do continente africano, contendo 18 províncias, até ao momento, sendo uma das províncias a Cabinda que faz fronteira com o Congo Democrático do Congo. Em que ao Norte e a Leste fica a República Democrática do Congo, e a leste a Zâmbia, e a sudeste a Botsuana, e ao Sul faz fronteira com a Namíbia. E a sua moeda nacional é o Kwanza. Segundo as Organizações das Nações Unidas, a sua população estima-se que são 33.934.000 habitantes, ocupando a 12ª maior população de África, em relação à taxa de natalidade o país ocupa a em segundo lugar do mundo, assim como também uma das populações mais jovens do mundo³.

De acordo com Eberlei (2005), em relação Angola, o fenômeno da desigualdade social está conectado (ligado) em vários aspetos, e verifica-se que após ser estabelecido a paz em Angola, isso no período de 2002, o governo angolano estabeleceu um plano estratégico de desenvolvimento para o combate à desigualdade social, e extrema pobreza que vigorava no país, para a estabilização macroeconômica. Oliveira (2012, p. 29) afirma que “as dificuldades de acesso às necessidades básicas como alimentação, educação, emprego, água potável, saneamento básico, entre outras, colocam a maioria da população africana, no geral, e angolana, em particular, a viver em condições desumanas”. Sublinhando que em qualquer sociedade o fenômeno da pobreza é um dos grandes males que acaba impactando o processo de vida de quaisquer indivíduos causando vários impactos no desenvolvido desse grupo que vivencia de perto, provocando o desemprego, vulnerabilidade, fome, miséria e deixando várias pessoas em situação de extrema pobreza.

762

Segundo Vignoli (2001, p. 2), entende-se a desigualdade social como ausência de acesso às oportunidades que são ofertadas pelo mercado, estado ou pela sociedade, apontando assim vários fatores que impactam na vida do indivíduo, em participar nas estruturas de oportunidades existentes. Ribeiro (2015) afirma que a desigualdade social não apenas aprofunda como segmenta as violências de um grupo sobre o outro, colocando os menos favorecidos em caixas de menos oportunidades no acesso às benéficas que o urbano pode oferecer. Compreender a questão das cidades é preciso ter em conta que elas ainda permanecem com características enigmáticas. Entender as cidades envolve muito mais do que espaços/habitat elas são lugares em que se refletem modos de vidas sociais econômicas e diferentes relações entre as pessoas, a alteridade. Para Lopes (2020), a desigualdade social tem sido um dos grandes desafios para as

³ Instituto Nacional de Estatística (INE) – 2022.

populações desfavorecidos/as que não têm como se defender e é visto como umas das principais causas da pobreza e da divisão dos mais pobres e ricos partindo da má distribuição de renda, na realidade contemporânea ainda é muito frequente nas sociedades africanas, onde milhares de pessoas vivem condições precárias passam por situações de calamidades, desastrosas vivendo em situações de extrema vulnerabilidade social.

Em muitos países do continente africano, existe o sistema fiscal que tem mostrado redução de desigualdade social em diversas esferas, mais que ainda é um resultado muito baixo em África, sendo, que o caso da desigualdade e a pobreza tem sido um dos grandes problemas para o avanço do continente africano, e uma das causas na base está a corrupção no mandato de alguns governantes que acabam não dando uma assistência adequada à população. Tendo, como exemplo o sistema tributário e das ações sociais do governo da África do Sul que conseguiu colmatar essa redução em grande escala a redução da desigualdade de rendimentos, de diferentes países em situação de em desenvolvimento, e como base as ações sociais que são altamente desenvolvidas a partir de transferências monetárias, e a gratuidade dos serviços básicos concernente à educação e a saúde, no melhoramento do índice de Gini de 77.1 para 59.6.

DEBATE CONCEITUAL DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

763

As desigualdades sociais têm vindo a ser de grande importância para se compreender os processos de mudanças histórico-sociais contemporâneas, e entender os efeitos dos Estados por intermédio aos constantes fenômenos que vem acontecendo sendo, de privatização, vulnerabilidade, e de exclusão social, e que tem como objetivo em delinear as políticas públicas aplicado pelos Estados na reflexão de bem-estar social. Segundo Rousseau (1754), a desigualdade social se dá a partir da divisão de trabalho onde as famílias mais pobres, ou carentes acabam sendo os menos privilegiados enquanto os ricos que possuem mais renda acabam sendo os mais privilegiados, sendo que estes determinados grupos possuem o poder de barganhas. E que é um fenômeno que tende, a intensificar na realidade social, de cada sociedade geral, quer seja os países desenvolvidos ou em desenvolvimentos, em que não existe paridades as populações, não se faz sentir, ainda mais, em um país desigual, em que a situação das famílias mais carentes. A desigualdade social na perspectiva de Locke (2006), a desigualdade não manifesta-se simplesmente a partir da pormenorização do poder que se explicita em muitos casos a partir da gênese da formação do Estado, mas que também pode se dar através da apropriação legal das gênesis da natureza, em que é pautado pela sobrevivência e bem-estar de cada indivíduo.

De acordo com Marx (2017), compreende que a desigualdade é mais uma questão de caráter política, em que é pautado intrinsecamente na economia, e o modo de produtividade atual, na qual é uma das consequências do capitalismo. E que o Estado e suas leis universais são fatores, que influenciam por um panorama de classe, aplicando assim e determinando o desejo da classe dominante a burguesia. Para Enguita (1999), as desigualdades sociais, estão presentes em uma ação decisória e estabelecidas, a todas as pessoas que constituem a vida ativa na sociedade. Onde muitos desses indivíduos são encontrados nos processos de produção como relações sociais na adequação de excedentes econômicos, ou da exploração, que circule tanto em processos produtivos, quanto nos processos de circulação, de igual forma nas economias domésticas.

Para Cardoso (2019), a desigualdade social é entendida como a legitimação de ordem que acarreta diversas situações, por meio da presciência em relação ao caráter social, que busca definir a partir da percepção do justo, e injusto, dimensões que são intrinsecamente estabelecidas. Tendo assim, as sociedades excepcionalmente desiguais, que muitas das vezes que não despertando para os seus cidadãos de que a desigualdade não reflete especificamente sentimentos ou afeto que a desigualdade acaba caracterizando-se como ato de injustiça, sendo, que nos apresenta situações de disparidades sociais, e que a desigualdade não possa ser vista como um elemento de grande importância para a legitimidade da ordem social.

764

Lussi (2015a, p. 136), a desigualdade social diz respeito em “situações ou características pessoais ou coletivas, sociais ou culturais que determinam a presença de alguma forma de alteridade em uma relação ou em um contexto específico”. As desigualdades sociais podem ser compreendidas relacionadas ao termo sociológico e também ao contexto econômico, sobretudo na relação das classes sociais. Sendo que a desigualdade social acaba favorecendo outras pessoas e desfavorecendo outros indivíduos que ficam sem saída de permanência na sociedade. E que um dos impactos nesse fenômeno se dá a partir da má distribuição de renda entre a classe social. Rehbein (2021, p. 23), afirma que “a desigualdade supostamente resulta da concorrência num mercado. Supostamente, o capitalismo é a forma mais elevada de evolução da sociedade até o presente”. É comumente visível várias produções ou grandes pesquisadores se voltarem mais para o estudo e elaboração de políticas sociológicas do que propriamente para o processo avaliativo nas suas pesquisas.

Vignoli (2001, p. 2), compreende-se a situação da “desigualdade social como ausência de acesso às oportunidades que são ofertadas pelo mercado, estado ou pela sociedade, apontando

assim vários fatores que impactam na vida do indivíduo, em participar nas estruturas de oportunidades existentes”. A desigualdade social, a pobreza e a exclusão social são decorrência da má distribuição econômica, que está diretamente associada com questões econômicas, políticas, sociais e culturais de um determinado país, que influenciam no mau andamento do desenvolvimento do país. Santos (2006), apresenta a relação entre a desigualdade social e exclusão, onde aborda que as desigualdades sociais têm vindo a ser de extrema relevância para se compreender os processos de mudanças histórico-sociais contemporâneas, e entender os efeitos dos Estados por intermédio aos constantes fenômenos que vem acontecendo sendo, de privatização, vulnerabilidade, e de exclusão social, e que tem como objetivo em delinear as políticas públicas aplicado pelos Estados na reflexão de bem-estar social. Entende-se que as desigualdades sociais são fenômenos transversais em qualquer sociedade.

De acordo Salgado (2010), as desigualdades tornam-se sociais na proporção que essas diferenças desiguais vai tornar-se como produto de diálogo entre agentes sociais, quer seja, no acesso desigual em oportunidades de riqueza econômica, que normalmente acaba sendo realizado no interior do sistema de relações de sentido, e poder, que acabam gerando a diferenciação, dos estigmas, das vulnerabilidades sociais e exclusões, quer seja, no âmbito de nível individual, ou coletivo, além disso, a tal diferenciação demonstrado até ao momento pode ocorrer a partir de diversas regiões. Para, Cardoso (2010), o aspecto primordial referente ao capitalismo na redistribuição de riqueza, não se deu designadamente na diminuição das assimetrias de riqueza, mais deu-se concretamente na redução das desigualdades de oportunidades, que podemos assim chamar de privilégios a partir da disparidade dos indivíduos na sociedade.

765

POBREZA E VULNERABILIDADE

Percebe-se em um primeiro momento, os planos estratégicos para o enfrentamento da pobreza se deve através de um viés mobilizador, sendo que a pobreza era caracterizada na época como um ato desvio comportamental das pessoas que faziam parte dos valores da burguesia. Nessa mesma perspectiva, surge a Lei dos Pobres, em meados dos anos 1601, na qual passou a ser analisada como um meio de manutenção e incentivo à pobreza. Essa lei tinha como objetivo fundamental em segurar os trabalhadores a diminuírem a enorme pobreza que assolava esses indivíduos. Onde o Parlamento Inglês acabou associando essa lei como sendo uma das principais fontes da extrema pobreza (Martinelli, 1991).

A pobreza é quando nos deparamos pela falta de recursos essenciais que impossibilita a não concretização das necessidades básicas de uma pessoa ou grupos de uma sociedade. Isso resulta na impossibilidade de conseguir alimentação, vestuário, educação, saúde e saneamento básico. Scalon (2011, p. 52), afirma que a “desigualdade e pobreza, embora sejam conceitos distintos, estão fortemente vinculados, na medida em que as disparidades nas chances de vida acabam por determinar as possibilidades de escapar de situações de privação e vulnerabilidade”. Para Montaño (2012), no decorrer do tempo a pobreza ganhou um novo parecer, na qual foram surgindo diversas maneiras de se analisar a situação da pobreza de uma determinada comunidade. Dessa perspectiva a pobreza acabou sendo interpretada como um fenômeno de âmbito social e tem uma vinculação diretamente com a organização de uma determinada sociedade.

Para Neves (2012), o conceito de pobreza está propriamente relacionado com as condições de subsistência, na impossibilidade como vários indivíduos ou grupos em se manterem, sobretudo na falta de uma boa qualidade de atendimento às necessidades básicas, de igual modo questão de privatização relativa. Feliciano (2008), a noção de pobreza, diz respeito em assuntos relativos ao contexto econômico, e sociocultural, onde são concebidas a natureza de inserção de várias pessoas e famílias. No que tange à pobreza salienta-se que existem diversas formas de se analisar a pobreza, onde temos a pobreza absoluta, relativa, objetiva e subjetiva e a linha de pobreza, etc. De acordo Ortiz (2004, p. 144-145), em relação à pobreza afirma-se que é “a principal causa da negação dos direitos humanos”. É uma questão estrutural ligada ao funcionamento social e aos mecanismos de proteção dos direitos”. Segundo Costa (1998), o termo pobreza como um meio de privatização das pessoas é derivado pela insuficiência de recursos para se auto-sustentar. Em que para o autor trata-se de privatizações múltiplas, no controle como alimentação, educação, saúde, vestígios, transporte público, e a participação social, etc.

Diante da contextualização macroeconômico, e relativa, compreende-se que a pobreza a partir da divisão de distribuição de renda, ou seja, as condições de vida ideal relacionadas a partir do padrão de vida contemporânea na sociedade, e que os indivíduos que estão na camada baixa, são vistos como em situação de pobreza. Para Crespo e Gurovitz (2002), “à pobreza relativa é descrita como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder”. Assim como a ação relativa, a visão absoluta também está conectada diretamente com as bases macroeconômicas. Entende-se que a pobreza é firmada a partir de um nível mínimo necessário

para que essas pessoas tenham as necessidades básicas supridas. E que nessas necessidades básicas está incluído também alimentação, habitação, emprego e os serviços essenciais, como a água potável, saneamento básico, educação, saúde e transportes públicos.

De acordo com a UNICEF (2005), reconhece que a contingência é a dimensão que a definição de pobreza, na qual considera como uma conjuntura, na qual os rendimentos econômicos dos indivíduos ou grupos estão abaixo da produtividade razoável na comunidade. Partindo dos vários conceitos já estudado sobre a pobreza, é especificamente claro que a dimensão econômica é um dos fatores que mais provoca a pobreza, pela falta desse meio. E que não devemos menosprezar outras dimensões da pobreza, porque também refletem diretamente na ausência do acesso aos recursos de econômicos ou de rendimentos. Oliveira (2011, p. 90), afirma que “preza pela igualdade, pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana” e, ao mesmo tempo, “consiste em oferecer aos cidadãos as prestações necessárias para o desenvolvimento pessoal na sociedade”. Para Lavine (2004), a pobreza surge a partir do momento que o indivíduo fica impossibilitado em determinar uma ação, que lhe torne uma pessoa livre das suas escolhas.

Relacionamos mediante a proporção de poder e da participação na vida social (Costa, 1998), e de igual modo, na dimensão subjetiva da pobreza. Segundo Leandro (2011), “trata-se da ausência ou da insuficiência de recursos, de bens ou de direitos, não permitindo satisfazer as necessidades elementares: obtenção de um emprego estável, alimentação, alojamento, vestuário, saúde, meios de deslocamento, poupança e reconhecimento social” (2011, p. 233). E que diante dessa visão percebe-se que a dimensão econômica é um dos fatores que deve se considerar, quanto a esses fenômenos sociais. No entanto, para Feliciano (2008), a pobreza é um dos principais fatores daqueles indivíduos ou grupos que dependem propriamente da economia informal. De acordo com Dercon (2005), afirma que o termo de vulnerabilidade social pontua-se sobretudo nos fatores que se caracterizam em práticas de riscos que estão diretamente associados à questão da pobreza. Em que as famílias pobres procuram a fornecer simplesmente um prato de comida durante o dia ao seu membro.

Ribas e Golgher (2006), afirmam que a questão das vulnerabilidades sociais, estão presentes no bem-estar de todas as pessoas ou grupos inseridos nessa sociedade, associando com a pobreza, causando assim vários riscos para o desenvolvimento dos mesmos e das próprias esferas públicas. Para Feliciano (2008, p. 25), “as situações de vulnerabilidade são agravadas em condições de pobreza, colocando os indivíduos e grupos mais expostos aos riscos e

impossibilitando-os de aceder aos recursos, reproduzindo assim as condições de pobreza”. Percebe-se que a vulnerabilidade social é concretamente compreendida a perda de bem-estar, na qual são causadas a partir de uma incerteza de várias situações, provocando um conjunto de riscos.

Carvalho (2021), percebe-se que uma das formas da vulnerabilidade social, está interligado na falta das necessidades básicas, para as pessoas que carecem de bens necessários de subsistência, daqueles que lhes são negadas essas oportunidades. Sendo, que essas necessidades básicas dizem respeito à ausência de poder, que acaba provocando em uma situação de vulnerabilidade. Quanto essa perspectiva, De acordo Lopes (2011), um dos fatores da vulnerabilidade social e a pobreza se dá pela falta de segurança, má distribuição da economia e um baixo nível de qualificação profissional, formam alguns fatores das privações que validam majoritariamente no alto índice de vulnerabilidade dos grupos excluídos, na qual são mais afetados principalmente os jovens e crianças, mulheres, minorias e migrantes com um índice de escolaridade baixo.

DIMENSÕES DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA EM ANGOLA⁴

A pobreza em Angola é um fato real e visível, e que a guerra no país destruiu a maior parte de infraestrutura em todo território, em que o nível da população angolana se encontrava condicionado/a, pelo fato do país sair de um período de guerra. Em Angola existe uma extrema pobreza rural, e urbana, apesar de Angola ser um país que tem um potencial de rendimento médio. Concretamente em zonas rurais as populações passam por diversas dificuldades, onde uma ou duas pessoas estão abaixo da linha da pobreza. E que a pobreza que muitos vivenciam são chefiadas por mulheres, que em média é de 6%, muito inferior pelas famílias que são chefiadas por homens.

⁴ A pobreza em Angola aflixe 85% das famílias angolanas, ou seja, da comunidade em geral, ainda mais desde o momento que o país se encontra em crise econômica, sendo que a natureza dessa crise se deu a partir da queda do petróleo no mercado internacional, provocando assim, como conseqüências na redução de receitas e na perda de rendimentos de exportação do país, e não só, essa crise também se dá a partir da pouca diversidade do setor econômico, na escassez e em dificuldades dê-se de conseguir divisas, partindo da desvalorização do Kwanza frente ao dólar, que acabou ocasionando o declínio do poder de compra, e a corrupção, desde o ano de 2014, que vigora até aos dias atuais, e que essas famílias acabam se distorcendo por causa da pobreza. “A pobreza em Angola é um flagelo nacional e aparece associada ao desemprego, exclusão social, ao insucesso escolar e à destruição da célula familiar, manifestações estas que acabam por ser produto da ruptura dos elos sociais fundamentais” (ROCHA, 2004, p. 104).

Segundo Lopes (2011), os teóricos que buscam compreender os fenômenos contemporâneos relacionados à política, estão presentes no interior da economia neoclássica, que muitas das vezes procuram deixar em pauta a representação da “mão invisível”, do mercado de trabalho. Sendo que os impactos sociais dessas reestruturações, trouxe diversas consequências no continente africano, especificamente na África Subsaariana, onde na qual vários economistas percebem que as dificuldades são interligadas, pensando a partir do equilíbrio macroeconômico, a partir da largaram, das economias que acabou afetando os mais necessitados propositalmente, assim influenciando no elevado índice da extrema pobreza, na disparidade desigual de rendimentos.

Para Lopes (2011), a comunidade africana, passou, da famosa marca de 1 bilhão de pessoas, o alto índice demográfico, é essencialmente na mudança de poder sejam eles do Norte, Oriente, em direção ao Sul, as classes médias, no elevado crescimento da economia, quer seja sem países emergentes, de igual modo aos BRICS, de como África procura se posicionar mundialmente. Compreendo que os estudos mais recentes de classe média baixa de países do Sul, mecanicamente apresentam-se como países mais desenvolvidos economicamente a nível global.

O crescimento econômico no continente africano, tem demonstrado uma insuficiência transformação para suas sociedades, que acaba impedindo o desenvolvimento de suas riquezas naturais e humanas, a desigualdade e a pobreza que perseveram. O enquadramento externo tem se mostrado incapaz de engendrar resultados econômicos a nível mundial quer seja, dos demais países e das regiões locais, sendo que a indústria de produção representa uma escassa parte do PIB de África, é necessário frisar que no continente, os países que recentemente saíram de situações de conflito armado, tendem, a demonstrar como consequências em aderir como preferencial a inclusão econômica, política e social. Sendo que essas são as bases fundamentais para a edificação de uma sociedade inclusiva e liberal (Lopes, 2020).

Segundo Solow (1956), o crescimento econômico de um país, deve se olhar a partir da distribuição da produção de mercado, e no capital de desenvolvimento econômico dessa determinada região, tendo os recursos naturais como a progressão desse país, e que esses recursos devem servir como pontos estratégicos, na qual se incorpora a taxa de aperfeiçoamento tecnológico, e que para que se verifica a mensuração da mesma só deve depois que se realize uma consulta, dos produtos.

O índice de desenvolvimento humano de um país é caracterizado ou é medida de forma comparativa das suas riquezas, bem como também na qualidade de alfabetização, educação, etc. A esperança de vida bem como natalidade e outros fatores para os

diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. Normalmente esta medida comparativa é usada para distinguir se o país é desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido. Este método também serve para medir igualmente o impacto de políticas económicas na qualidade de vida (Kinsumba, 2016, p. 16).

No entanto, para que tenhamos um crescimento económico de sustentabilidade, no que toca em políticas de inclusão, é necessário que se crie métodos estratégicos que influencia equitativamente na criação e nas distribuições de riquezas, como também em dar respostas às desigualdades existentes a nível do continente africano, sobretudo aos países da África Subsaariana, referente o caso de Angola, onde existe uma enorme desigualdade é um índice elevado da pobreza. Para Bresser (2008), o desenvolvimento da produção da economia de um país, se caracteriza pela acumulação de capital, a fim de conseguir um bom desenvolvimento técnico no mercado de trabalho, e no desenvolvimento da produtividade. As produtividades que se aborda dizem respeito aos salários e ao modo de vida da sua população.

A desigualdade social tem sido um dos grandes desafios para as populações desfavorecidos/as que não têm como se defender e é visto como umas das principais causas da pobreza e da divisão dos mais pobres e ricos partindo da má distribuição de renda, na realidade contemporânea ainda é muito frequente nas sociedades africanas, onde milhares de pessoas vivem condições precárias passam por situações de calamidades, desastrosas vivendo em situações de extrema vulnerabilidade social. E diante a estes fenômenos o Estado tem o poder de criar políticas estratégicas ao combate a estes problemas sociais que a muito tem levado várias famílias em situações de extrema pobreza, partindo disso podemos pensar Angola que é um país de (África) subdesenvolvido e com desafios complexos que caminha lentamente em pró do desenvolvimento económico social bem como da transparência pública ideal e de uma democracia mais consolidada.

A conjuntura geral de Angola, contém diversas diferenciação de situações de pobreza, principalmente essas diferenças que acontecem têm sido em cerca de 26% entre pobreza nas zonas rurais e urbanas, sendo que a maior parte da população habita em zonas urbanas que atinge uns 65%, sendo assim, estima-se que 57% das famílias vivem na pobreza, no entanto quanto, a população que moram em zonas rurais atinge em média 94% de agregados. É percebido que o índice da pobreza vem aumentando cada vez, na medida que o chefe da família a sua idade vai aumentando, tendo assim a incapacidade de exercer uma atividade remunerada. Em Angola os agregados familiares que são conduzidos por homens têm a possibilidade de se tornarem pobres, diferente dos agregados que são conduzidos por mulheres. O índice de desenvolvimento

humano (IDH), no Estado Angolano, é caracterizado pela enorme desigualdade social no país, na qual muitas famílias moram debaixo da linha da pobreza (Pestana, 2011).

Bunga (2015), afirma que as localidades rurais apresentam situações precárias no que cerne aos índices elevados da pobreza, ainda assim as pessoas preferem permanecer morar nesses lugares, ou regiões em vez de se mudarem em localidades urbanas, para (re) construir as suas vidas na procura de melhores qualidades de vida. Nas zonas periféricas de Angola, o acesso de serviços essenciais, ainda é um caos, principalmente em campos de estudo como a educação, a saúde, e falando sobre a saúde, em Luanda como diversas regiões de Angola existe uma enorme ausência de médicos e enfermeiros nesses locais, em que a taxa de mortalidade tem sido elevado diferente das regiões urbanas, onde o governo tem um olhar mais fixa, na redução dessas assimetrias, mas que mesmo na zona urbana, ainda nos deparamos com várias situações de pessoas morando em situações de extrema vulnerabilidade, com saneamento básico degradado.

A principal fornecedora de distribuição de água potável em Angola, se dá a partir de fontanários públicos ou cacimbas, que são distribuídas aos bairros periféricos, onde é difícil o acesso de água potável nas residências dessas pessoas, há zonas que a população tem que se deslocar na procura de água para o consumo, que muitas das vezes acaba sendo difícil no acesso. Quanto à educação na sociedade angolana apresenta elevados índices de alfabetização, de crianças fora do ensino, sem falar da redução dos ensinos primário e secundário. Em 2015 o caso da pobreza se intensificou bastante com a crise que o país vivenciou durante um bom tempo, em que foi criado um projeto para reduzir a pobreza rural, em cerca de 50% para 40% (Bunga, 2015).

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento-PND (2018), verifica-se que em 2014 em Angola o número de pobres era aproximadamente 9,44 milhões, registrando-o uma taxa de pobreza de cerca 36%. Ação social do Estado, vem procurando medidas de reduzir a pobreza, a partir das implementações de assistência para os indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômico, e a todas as pessoas que se encontram em situação exclusão, com o foco em pôr em execução através das orientações públicas que visam em corrigir as assimetrias existente na redistribuição de renda, a partir da mitigação do risco social, e na organização econômica das famílias que se encontram em essas situações vulneráveis e como de igual modo as comunidades, e reintegração socioeconômica dos minorias, ou seja, dos excluídos na sociedade.

Entende-se que a má distribuição de renda e desigualdade acaba criando uma instabilidade social, que altera e interfere em diversas questões culturais da sociedade angolana, como à econômica, e a sociopolítica de um determinado país. A pobreza em Angola é pautada em maior índice desigualdade de distribuição de renda, na aplicação de uma determinada existência da extrema relevância para população submetidas em situações de vulnerabilidade, em condições mínimas de dignidade e cidadania da população. Para que a população angolana tenha uma qualidade de vida adequada, e um bem-estar, é necessário que haja redução das desigualdades sociais e da pobreza, com intuito em promover a desconcentração, e a descentralização territorial, com objetivo de criar-se condições que emanam a dinamizarem no planificação e na gestão territorial, na percepção da cidadania ativa, e participação do indivíduo na vida democrática, e na aplicação de poder desenvolver uma atitude de empreendedora, em inovação, e na criação de empregos, são de extrema importância para o crescimento socioeconômico do País.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional-PDN (2018), a pobreza no território angolano, é um problema de caráter político, ético e social, onde verifica-se que a maior parte da população encontra-se em situações de vulnerabilidade e vivenciam a exclusão social em quase tudo. Sendo que os mais atingidos desse cenário são as crianças e a adolescentes abandonados, mulheres, e os órfãos, os deslocados e refugiados, que acabam sendo o grupo que mais passam por situação de vulnerabilidade social e a exclusão social, e que sofrem das consequências provenientes da pobreza no seio familiar, e que a maior parte das famílias angolanas são dirigidas por mulheres.

ANÁLISE SOBRE AS TAXAS DE DESEMPREGO E EMPREGO EM ANGOLA

A situação do emprego em qualquer sociedade é um dos caminhos que fortalece no processo de crescimento econômico de um determinado país e não só no mundo, independentemente que o indivíduo esteja a trabalhar de caráter provisório ou permanente, em qualquer área do mercado de produção, onde esse é pago por uma instituição pública, privada ou mesmo por parte de outrem. O emprego se estabelece na troca de experiência entre dois lados, onde um vende o produto e outro torna-se o comprador e também para quem fornece o seu serviço (Fryer e Payne, 1986). Nessa mesma perspectiva Centeno (2001), argumenta que o emprego diz respeito a uma atividade laboral condigna ou estável, entre a pessoa que está na busca de uma vaga e como a entidade empregadora. Isso a partir do momento que se tenha um

acordo em partes, no horário de trabalho, desde que seja fixa. Frisando que qualquer contrato a se firmar juridicamente na contratação de emprego, é feita normalmente por base de um contrato onde estão pautadas as regras e as cláusulas sobre a empresa e do trabalhador contratado

Capucha (2004), verifica-se que não existe investimentos de empregabilidade empresarial que fornece empregos de qualidades aos indivíduos na sociedade a fim de contribuir de forma significativa na economia de um país, ou da comunidade que está inserido e que na falta de uma economia estável de um país a situação do desemprego tende a aumentar, de igual forma no elevado índice de casos de pobreza no interior desse grupo. Para Fryer e Payne (1986), ao longo do tempo o trabalho ganhou uma importância social nas sociedades capitalistas, onde por muito tempo muitos lhes foram negados (as) o direito ao emprego, mas salientando que o serviço requer (tempo, dedicação, aptidões e habilidades) no exercício das suas atividades. A atividade trabalhista pode ser exercida de forma individual ou coletivo e diante as atribuições das suas atividades os indivíduos que estão inseridos no mercado formal ou informal não só esperam no final do mês o salário, mas também de um aconchego psicológico em que possa elaborando as suas atividades tranquilamente sem que haja um abuso psicológica por parte empregadora e nem pelos colegas no local.

São por essas razões que muitas vezes o desemprego pode criar o desequilíbrio emocional no indivíduo afetando diretamente o bem-estar dessa pessoa desempregada e lhe impossibilitando de ter o auto cuidado e causando-lhe um problema ou mostrando comportamentos anormais, embora as ações de cada indivíduo se apresentem de forma diferentes. Mas para os autores, dizem que o conceito de emprego exclui automaticamente qualquer tipo de trabalho que seja remunerada, como os trabalhos informais bem como os biscatos⁵. É necessário que se crie planos estratégicos de implementação de empregos, que tenha como objetivo central reduzir o desemprego na sociedade, quer seja na implementação de programas sociais ou públicos que empregue os cidadãos que estão fora do trabalho formal, na abertura de novos postos de empregabilidade em instituições privadas e públicas.

De acordo Dooley (2003), e Augusto (2015), entendem que o subemprego é quando nos deparamos diante de trabalhos de menor importância e que não condiz com a sua de formação

⁵ Em Luanda, são conhecidos como biscateiros pelo facto de fazerem pequenos serviços ocasionais, geralmente de natureza informal, a troco de remuneração, muito baixa, na maioria, de acordo com a natureza do serviço proposto. Mas há também quem faça a troca de comida. O número elevado de jovens sem formação académica e profissional e a falta de empregos fazem com que, a exemplo do que sucede um pouco por todo o país, cada vez mais pessoas recorrem aos biscates como forma de ganhar a vida. Revista Expansão (2022, P. 01).

qualificada, que pode levar a pessoa a um nível muito baixo de expectativas e várias criando situação de fúria. O desemprego e o subemprego existem desde os tempos longínquos, atribuindo os fatores iguais sobre o bem-estar psicológico e físico do indivíduo. E que o desemprego pode causar vários problemas de saúde que são: ansiedade, depressão, e abusos de substâncias químicas (drogas, maconhas, entres outros tipos), sendo que os bairros periféricos onde é alarmante os casos de desempregos essas localidades muitas vezes apresentação segurança e trazendo assim insegurança para a população em geral. No entanto, as pessoas que se encontram na situação de desempregados tendem às vezes apresentar comportamentos de desesperos, angústias ou mesmo de raiva e de tristeza por não estarem empregados ou a não conseguirem um determinado emprego para se manterem ou sustentarem as suas famílias.

O fenômeno do subemprego se configura em atividades de caráter temporária pelo fato de não se enquadrar em empregos formais e que está vigente em várias sociedades modernas capitalistas. Para Vaz (2018), essa problemática em muitas ocasiões tem se manifestado em países em desenvolvimento, e que tem assumido subdivisões gravíssimas sobretudo nas culturas, direcionado em protestos concernente em trabalhos artesanais, nas famílias, e indivíduos que exercem atividades de formas independentes em diversas categorias. Vaz (2018, p. 78), afirma que “no contexto da realidade angolana, se por um lado houve alguns avanços tecnológicos determinantes para os avanços econômicos, por outro lado aumentou o retrocesso socioeconômico com impactos desastrosos na qualidade de vida da população local”. A comunidade angolana durante alguns anos vem enfrentando diversos desafios pelo desemprego e escassez de empregos formais levando assim várias famílias na prática de trabalhos informais dos mais diversos tipos.

Augusto (2015), o desemprego não condiz especificamente na perda de emprego como o autor realça mas que pode resultar na impossibilidade não fazer parte a um grupo trabalhista, como também pode acontecer em muitas ocasiões pela a empresa se encontrar em crise financeira, e não ter como pagar os seus funcionários aí acontece a diminuição dos trabalhadores. E tem casos de saída voluntária pelo fato do mesmo encontrar uma outra empresa, que são chamadas de saídas voluntárias. Para Eichhorn (2013), não existe nenhum desemprego voluntário, sendo que as decisões são avaliadas pelo o empregador ou empregado no caso indivíduo empregado que deseja deixar de trabalhar por uma situação injusta ou outra oferta de trabalho.

No caso de Angola a situação da taxa de desemprego, para Dunge (2023), continua sendo preocupante no seio da sociedade, sendo que a taxa de desemprego fixou-se 29,6%, nos dias atuais, que se fixou no quarto trimestre do ano de 2022, de acordo os dados Inquérito ao emprego em Angola (IEA), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística-INE. De acordo o INE (2023), Angola veio a registrar uma desaceleração de 0,4%, comparando com o terceiro trimestre de 2022. É necessário descermos especificamente para o segundo semestre de 2019, na qual a taxa de desemprego havia se fixado nos 28,7%, foi nesse período que começou a calcular-se o indicador trimestralmente. No entanto, quanto ao número de pessoas desempregadas o INE apontou que foi de 4,9 milhões, referente ao trimestre anterior, que teve um aumento de 7,6 mil pessoas.

Existe uma enorme diferença da taxa de desemprego nas zonas rurais e urbanas. Sendo que nas zonas rurais 13,5%, o desemprego era apenas 3 vezes menor da área urbana que sua percentagem indicava 38,5%. Sobre os indivíduos empregados no período em análise, a pesquisa mostra que houve um aumento de 222,5 mil, saindo de 11,5 milhões no que tange ao terceiro semestre para 11,7 milhões para o quarto semestre. Pontuando que a taxa de emprego foi de 63,1%. Na zona rural, a taxa de emprego é superior à zona urbana (79,7% e 54,4%), na qual se percebe que a uma evolução quase em todos os trimestres, indicando uma diferença de aproximadamente 25,2%. No entanto, diante a essas disparidades afirma-se que a de emprego de mulheres 63,7%, é superior à dos homens 62,5%.

775

De acordo com Plano de Desenvolvimento Nacional-PDN (2018), o setor que mais emprega na sociedade angolana atualmente foi agricultura, produção animal, caça, floresta, e pesca somando cerca de 50%, são os setores que mais empregam majoritariamente uma boa parte da população, seguido do comércio por grosso e a retalho totalizando cerca de 21,7%. Sendo que as instituições financeiras, imobiliárias e consultorias, 0,7%, foram as que menos empregaram. A maioria da população angolana exerce atividades informais 80,5%. Sendo que muitos trabalham por conta próprio 50,3%, não dependem de atividades do governo, e outros trabalham com a família 29,5%, e tem aqueles que trabalham para o consumo próprio totalizando 10,7%.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística-INE (2022), os dados indicam que a taxa de emprego informal é maior nas zonas rurais que nas áreas urbanas 79,7% e 54,4%. Sendo que o desemprego nos jovens com idades compreendidas dos 15 aos 25 anos continua acima dos 50%. A taxa de jovens desempregados foi de 52,9%, sendo que no segundo semestre de 2019 a taxa era menor, registrando apenas 52,6%. O INE indica que houve um aumento de

desempregados nessa faixa etária que foi 24,5 mil indivíduos no quarto trimestre, saindo de 2,9 no terceiro semestre para 2,9 milhões, no último trimestre de 2022. Quanto à faixa etária dos 15 aos 25 anos foi de 39,6%. E que a taxa de emprego nas mulheres foi de 38,7%, e para os homens foi de 40,6%.

O desemprego afeta 59,2%, dos jovens em Angola, sendo que a maior parte das famílias angolanas encontram-se na economia informal, e que é daí vem a principal fonte de renda. Compreende-se que 81%, da população empregada na sociedade angolana, são mulheres ocupando 90%. Concernente aos jovens o desemprego aumentou 5%, ao passo que a variação trimestral foi de 2,7%. A nível nacional a taxa de desemprego teve o mesmo percurso, ao registrar um aumento de 7,9%, referente ao segundo trimestre e 0,4%, e já no terceiro trimestre se fixou-se nos 34,1%. Esse olhar é referente a comparação do trimestre de 2021 e o trimestre de 2020, (Dungue, 2021). Para Salomão (2015), aborda que assuntos ligados ao desemprego apresenta uma apreensão para a condição econômica de qualquer país em situação de em desenvolvimento, como é o caso de Angola que o desemprego vem afetando vários setores, e que também é visto como uma das principais causas do elevado índice da pobreza, fome, miséria, prostituição, e do fenômeno da criminalidade em várias comunidades, em particular Angola, em que esses casos tendem a subir a cada dia em várias localidades do país, colocando assim diversos jovens, famílias vulneráveis fora do mercado de trabalho quer seja de caráter público ou privado.

CONCLUSÃO

A luta contra a pobreza extrema em Angola é prejudicada pela desigualdade social, que requer esforços conjuntos da sociedade e do governo. Políticas públicas justas e eficazes são essenciais para superar esse desafio e promover a igualdade de oportunidades. A resolução deste problema é fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Ações concretas e sustentáveis são necessárias para eliminar a pobreza extrema no país. Segundo os autores Samba (2012) e Branco (2022), os maiores problemas sociais em Luanda estão relacionados com a falta de recursos na educação e saúde, levando a problemas como desemprego, violações e envolvimento em crimes por parte dos jovens. A fome e a pobreza são vistas como grandes desafios pelo Estado angolano, que procura combater estes problemas para promover o desenvolvimento humano e econômico do país. A corrupção e o desemprego são apontados como obstáculos ao desenvolvimento e à criação de emprego para a juventude.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**. Vol. 1. 2018. Disponível em: https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/angola_pdn_2018-2022.pdf. Acesso em: 2 Abr. 2023.

AUGUSTO, Paulo Maria. **A resiliência nos jovens desempregados**. Tesis Doctoral. Valencia (Espanha). 2015.

BRANCO, Nair Custódio dos Santos. **Índice de desemprego como fator de frustração dos jovens angolanos: uma análise sobre a criminalidade no município de Cazenga-Luanda (2010-2020)**. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades. 2021.

BRESSER, Pereira Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento económico**. Versão de junho de 2008.

BUNGA, Cláudio Eduardo Samuel. **Pobreza, Fome e Estratégias de Combate para a sua Mitigação na Cidade do Namibe – Angola**. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território Especialização em Ambiente e Recursos Naturais 2015.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes. **Desafios da pobreza**. Tese de Doutoramento em Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 2004.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil**. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades/Adalberto Cardoso. – 2 ed. – Rio de Janeiro, Amazon, 2019.

777

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual**. 2010.

CARVALHO, Antônio Ivo. **O mercado de trabalho e os trabalhadores em vulnerabilidade social**. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Rio de Janeiro, 2021.

CENTENO, L. **Percursos profissionais de exclusão social**. Lisboa. 2001.

COSTA, António Bruto da. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva Publicações. 1998.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. 2002.

DERCON, Stefan. **Vulnerability: A micro perspective**. *Annual Bank Conference on Development Economic*. 2005.

DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA 2018: **Crescimento, emprego e desigualdades** © AUC/OECD 2018 Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Austral. 2018.

DOOLEY, D. *Unemployment, underemployment, and mental health: Conceptualizing employment status as a continuum*. 2003.

DUNGUE, Joaquina. **O desemprego afeta 59,2% dos jovens em Angola**. 2021.

DUNGUE, Joaquina. **Taxa de desemprego em Angola fixa-se em 29,6%**. 2023.

EBERLEI, Walter. *Poverty reduction in a political trap: the PRS process and neopatrimonialism in Zambia*, Lusaka: UNZA Press. 2005.

EICHHORN, NJ. **Unemployment needs context: How societal differences between countries moderate the loss in life-satisfaction for the unemployed**. *Journal of Happiness Studies*. 2013.

ENGUIITA, Mariano. **Recursos y oportunidades: explotación y discriminación en el análisis de la desigualdad**. *Revista Internacional de Sociología*, Madrid. 1999.

FELICIANO et al. **Proteção social, economia informal e exclusão social nos PALOP**. Portugal: Principia. 2008.

FRYER, D. & PAYNE, R. **Being Unemployed: A Review of the Literature on the Psychological Experience of Unemployment**. In, C. L. C. und Ivan T. Robertson (ed.). *International Review of Industrial and Organizational Psychology*, Vol. 1, (pp. 235-277). London, John Wiley and Sons. 1986.

INE. **Censo: Registo geral da população de Angola**. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas>. Acesso em: 1 fev. 2023.

778

INE. **Indicadores de emprego e desemprego inquérito ao emprego em Angola**. 2022.

INE, Instituto Nacional de Estatística. **População e sociedade: Características dos jovens em Angola (IDREA 2018-29019)**. 2020.

KINSUMBA, Ulisses Álvaro. **Crescimento económico versus desenvolvimento humano em angola**. Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. 2016.

LEANDRO et al. **"Construção de rupturas sociais: Pobreza e exclusão social na perspectiva das Sociologias da integração social"** in Maria Engrácia Leandro (Coord.) *Laços familiares e sociais*. Viseu: Psicossoma, 227-248. 2011.

LEVINE, Ross. **Finance and Growth: Theory and Evidence**. 2004.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 2^a ed. São Paulo: Martin Claret, 2006. 174p.

LOPES, Carlos Lopes. **Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós Consenso de Washington**, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 94, 2011.

LOPES, Carlos. **África em Transformação: Desenvolvimento económico na era da dúvida**
Autor: Carlos Lopes Tradução: Myriam Zaluar Revisão e composição: Tinta-da-china Capa:
Tinta-da-china (P. Serpa) 1.ª edição: Março de 2020.

LOPES, Carlos. **Candongueiros e Kupapatas: Acumulação, Risco e Sobrevivência na Economia Informal em Angola.** Cascais: Princípiã. 2011.

LUSSI, Carmen. **Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio.** Psicologia USP, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 136-44, 2015^a.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez. 1991.

MARX, K. **Os despossuídos.** Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTAÑO, C. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** 2012.

NEVES et al. **"Subdesenvolvimento e pobreza: A luta de Celso Furtado pelo desenvolvimento para combater a pobreza".** Oficina do CES 391. Coimbra. 2012.

OLIVEIRA, Sílvia de. **Looking at poverty in Angola. Causes, consequences and strategies for its eradic.** 2011.

OLIVEIRA; SÍLVIA. **Olhar a pobreza em Angola: Causas, consequência e estratégias para a sua erradicação.** Publicado em 2012.

ORTIZ, Maria Elena Rodriguez. **Justiça social: uma questão de direito.** Rio de Janeiro: Fase, 2004.

779

PESTANA, Nelson. **Relatório Social de Angola 2010.** Luanda: Centro de estudos e investigação – UCAN, 2011, pp. 222.

REHBEIN, Boike. **Studying Social Inequality, Social Class and Sociocultures.** 2021. In: **Desigualdades globais e justiça social** [livro eletrônico]: interfaces teóricas, acesso à justiça e democracia / organização Rebecca Lemos Igreja, Camilo Negri. 1. ed. Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2021.

RIBAS, Rafael; GOLGHER, André. **Vulnerabilidade à pobreza no Brasil: Medindo risco e condicionalidade a partir da função de consumo das famílias.** In ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) XV Encontro de Estudos Populacionais. Minas Gerais, Brasil 18-22 de Setembro. 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade (1754).** 2001.

SALGADO, Jorge Arzate. **Las desigualdades desde una perspectiva de complejidad: Hacia una epistemología teórico-normativa del conflicto social** *Revista de Paz y Conflictos*, núm. 2, 2010, pp. 44-58.

SALOMÃO, Janísio Camoto. **Angola 40 anos: o desemprego em Angola.** Academiaedu, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/15985471>. Acesso em: 10 março.2024.

SAMBA, Simão João. **Significados do trabalho informal em Luanda: luta, coragem e persistências dos jovens migrantes.** Tese de Doutorado em Serviço Social-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do Tempo-para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006, p, 280-281.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 49-68.

SOLOW, ROBERT, **A contribuição à teoria do crescimento económico.** *The Quarterly Journal of Economics*, v. LXX, Feb. 1956.

UNICEF Angola. **Políticas Sociais.** 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/o-que-fazemos-em-angola>. Acesso em: 10 Set. 2022.

VAZ, Paulo Gomes. **As “sacoleiras” a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadoria.** Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo?** In: Seminario *Vulnerabilidad*, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.